



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
BACHARELADO EM ARQUIVOLOGIA**

SHEILA LARISSA ARAUJO DA SILVA

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA: TECENDO FIOS DA
MEMÓRIA INSTITUCIONAL**

**JOÃO PESSOA - PB
2019**

SHEILA LARISSA ARAUJO DA SILVA

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA: TECENDO FIOS DA
MEMÓRIA INSTITUCIONAL**

Artigo apresentado ao curso de graduação em Arquivologia, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal da Paraíba, com requisito parcial para obtenção do grau de Bacharela em Arquivologia.

Orientadora: Dra. Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira

**JOÃO PESSOA – PB
2019**

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586u Silva, Sheila Larissa Araujo da.

Universidade Federal da Paraíba: tecendo fios da
memória institucional / Sheila Larissa Araujo da Silva.
- João Pessoa, 2019.

24 f.

Orientação: Bernardina Maria Juvenal Freire de
Oliveira.

TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Memória institucional. 2. Atas de reuniões. 3.
Fontes primárias. 4. Conselhos Superiores - UFPB. 5.
Conselho de Ensino, pesquisa e extensão (CONSEPE). 6.
Conselho Universitário (CONSUNI). I. Oliveira,
Bernardina Maria Juvenal Freire de. II. Título.

UFPB/CCSA

CDU 930.25

SHEILA LARISSA ARAUJO DA SILVA

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA: TECENDO OS FIOS DA MEMÓRIA
INSTITUCIONAL**

Artigo apresentado ao curso de graduação em Arquivologia, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal da Paraíba, com requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharela em Arquivologia.

Aprovada em 30 / 09 / 2019

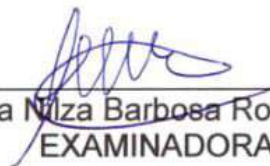
BANCA EXAMINADORA



Profª Drª Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira (DCI/UFPB)
ORIENTADORA



Profª Dra. Ana Claudia Cruz Córdula (DCI/UFPB)
EXAMINADORA



Profª Dra. Maria Níza Barbosa Rosa (PPGCI/UFPB)
EXAMINADORA

AGRADECIMENTO

Primeiramente, agradecemos a Deus por ter nos colocado em mais essa jornada.

Aos meus pais Marineide Araujo da Silva e Simário Sousa da Silva, pois foi graças aos seus esforços, altruísmo, amor, dedicação, compreensão, paciência e incentivos dedicados a nós durante essa jornada, pudemos finalizar mais uma etapa de nossa formação, fazendo ampliar os horizontes de nosso caminho.

A minha orientadora prof^a Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira, a qual tivemos a felicidade de encontrar no começo dessa jornada, por nos mostrar a importância de ser Arquivista e acreditar em nós desde o início dessa jornada.

As prof^{as} Dr^{as} Maria Nilza Barbosa Rosa e Nayana Rodrigues Cordeiro Mariano, que sempre estiveram dispostas a nos auxiliar na caminhada.

Ao Grupo de Estudo e Pesquisa em Cultura, Informação, Memória e Patrimônio (GECIMP) pelas profícuas discussões teóricas e vivências contribuindo para vermos o mundo com os olhos das ciências sociais e humanas.

A JELE (Jessica de Oliveira Cavalcante, Ellen Pereira da Silva, Lilian Pereira de Mendonça e Edneide Carvalho dos Anjos Meneses, pois compartilhar essa caminhada como vocês tornou-a muito mais amena.

E, finalmente, porém não menos importante, aos “anjos sem azas” que Deus colocou em nome caminho, pois foi graças a eles que essa jornada se tornou mais leve, divertida e muitas vezes encantadora.

A tod@s minha Gratidão, essa é a palavra!

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA: TECENDO FIOS DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL

Sheila Larissa Araujo da Silva¹

RESUMO

Objetiva discutir a memória institucional da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) a partir das Atas oriundas dos Conselhos Superiores da Universidade Federal da Paraíba, Conselho de Ensino, pesquisa e extensão (CONSEPE) e o Conselho Universitário (CONSUNI), enquanto fontes primárias de informação com vistas a compreender os caminhos da memória institucional. Para tanto, adotou-se como abordagem metodológica a pesquisa documental aliada a pesquisa bibliográfica e análise documental, considerando as prospecções discursivas dos membros que compõe os Conselhos superiores da instituição. As análises apontam para as interferências discursivas nas políticas institucionais, bem como os caminhos tecidos sob o ponto de vista da função ocupada por cada um de seus membros e suas respectivas representações.

Palavras-Chave: Memória-institucional. Atas-Fontes primárias. Conselho Superior-UFPB.

FEDERAL UNIVERSITY OF PARAÍBA: WEAVING THREADS OF INSTITUTIONAL MEMORY

ABSTRACT

The aim is to discuss the institutional memory of the Federal University of Paraíba (UFPB) based on the Minutes of the Higher Councils of the Federal University of Paraíba, the Teaching, Research and Extension Council (CONSEPE) and the University Council (CONSUNI), as primary sources of information with a view to understanding the paths of institutional memory. To this end, the methodological approach adopted was documentary research combined with bibliographical research and documentary analysis, considering the discursive perspectives of the members who make up the institution's higher councils. The analysis points to the discursive interference in institutional policies, as well as the paths woven from the point of view of the position held by each of its members and their respective representations.

Keywords: Institutional memory. Minutes-Primary sources. Superior Council-UFPB.

¹Graduada do curso de Bacharelado em Arquivologia da Universidade Federal da Paraíba.
sheila.larissaa@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

No transitar acadêmico desempenhei várias atividades, dentre as quais voluntária de iniciação científica em um projeto que tratava sobre a memória institucional da Universidade Federal da Paraíba. Na ocasião tivemos acesso ao conjunto de Atas resultantes das reuniões dos Conselhos Superiores desde a fundação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

No momento da escolha temática de nosso Trabalho de Conclusão de Curso, optamos por retomamos ao conjunto de dados coletados durante uma pesquisa de iniciação científica na qual participamos na condição pesquisadora voluntária. Nesse sentido retomamos todas as atas oriundas dos Conselhos Superiores da Universidade Federal da Paraíba, para tanto traçamos como objetivo geral compreender a trajetória da UFPB sob uma perspectiva discursiva dos membros que compunham os referidos Conselhos. Esse objetivo surgiu ao observar as modificações do discurso de vários membros que ocuparam em períodos distintos e em funções também diversas as cadeiras dos Conselhos fazendo com que questionássemos, como são registradas a memória institucional da UFPB no âmbito dos conselhos superiores?

Para atender ao objetivo proposto a partir da indagação norteadora adotamos como abordagem metodológica a pesquisa documental aliada a pesquisa bibliográfica e análise documental considerando as prospecções discursivas dos membros que compõe os Conselhos superiores da instituição. As análises apontam para as interferências discursivas nas políticas institucionais, tecida sob o ponto de vista da função ocupada, ou seja, do lugar de fala que sofreu alterações significativas de acordo com as funções de seus membros, situados no tempo e espaço e suas respectivas representações.

2 MEMÓRIA INSTITUCIONAL: teia teórica para compreender a UFPB

Antes de discorrer sobre a Memória Institucional, tema central do presente trabalho junto com a preservação documental é necessário para uma melhor compreensão dos seus conceitos e forma de atuação fazer uma breve explanação sobre os conceitos e definições que cercam o termo memória.

2.1 Memória: compreendendo o conceito

Em nossa vida cotidiana, não é raro ouvir pessoas dizerem que fulano ou sicrano tem uma boa memória, “não se esquece de nada”. “Quer saber sobre o passado? Pergunta a fulano, ele tem boa memória”.

Mas, o que seria realmente a memória? Seria apenas um estado da mente em que um determinado indivíduo consegue guardar tudo e lembrar no momento em que deseja? Em termos não muito técnicos, a memória pode ser entendida exatamente desta maneira, como uma atividade da mente de guardar lembranças, fatos vividos e experiências adquiridas pelo indivíduo.

Essa ação de guarda de lembranças é bem exposta por Izquierdo (1989), ao afirmar que a memória é uma propriedade básica do sistema nervoso por meio do qual o cérebro armazena o aprendizado auferido pelas experiências vividas ou tudo aquilo que foi por ele percebido ou sentido, promovendo assim “a conservação do passado através de imagens ou representações que podem ser evocadas” (IZQUIERDO, 1989, p. 1).

Para o autor a memória pode ser classificada como imediata, recente e remota, e que sua construção passa necessariamente por um processo de formação composto por quatro fatores que são a seleção, a consolidação, a incorporação de mais informação e o seu registro (IZQUIERDO, 1989).

A presença das funções psíquicas também pode ser vista por Le Goff (1990, p. 423), para ele a memória é entendida como meio de conservação de informações selecionadas que acaba por remeter o ser humano “em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas”, por meio do qual promove a atualização das suas “impressões passadas ou que a representa como passadas”.

Mesmo que a memória seja realizada por elementos do tempo passado ou que a remete é importante esclarecer que ela não é feita no passado. A memória é uma atividade realizada no tempo presente por meio da seleção de acontecimentos do passado, como meio de prevenção contra o esquecimento.

Le Goff (1990) utiliza como termo sinônimo para tratar a questão do esquecimento a amnésia, afirmando que:

[...] a amnésia é não só uma perturbação no indivíduo, que envolve perturbações mais ou menos graves da presença da personalidade, mas também a falta ou a perda, voluntária ou involuntária, da memória coletiva

nos povos e nas nações que pode determinar perturbações graves da identidade coletiva (LE GOFF, 1990, p. 426).

Com isso, percebemos que a memória é uma atividade que exerce influência na construção da identidade pessoal e coletiva, demonstrando mais uma característica da sua importância na vida das pessoas, de uma sociedade e de até mesmo de uma instituição, uma empresa, onde nela está reunido um grupo de pessoas que trabalham em prol de objetivos semelhantes, havendo troca de experiências nas relações sociais que promovem e que também carregam em si a necessidade e o desejo de preservar os fatos que consideram importantes.

Morigi, Rocha e Semensatto (2012) identificam esse aspecto social presente na memória:

A memória é uma construção social, produzida pelos homens a partir de suas relações, de seus valores e de suas experiências vividas. Ela sofre transformações à medida que o tempo passa, a história dos indivíduos toma um novo rumo. Assim, pode-se dizer que a memória não é apenas um registro histórico dos fatos, mas uma combinação de construções sociais passadas, com fatores significantes da vida social do presente, sendo permanentemente reconstruída (MORIGI; ROCHA; SEMENSATTO, 2012, p. 3).

Pereira, Serafim e Molina (2016, p.4) ampliam seus olhares sobre a memória percebendo-a enquanto “construção social e histórica” resultante de “um dos processos de guarda e disseminação” da informação que ocorrem na sociedade, e não expressamente como resultado das relações sociais do ser humano no tempo.

Este entendimento também vai ao encontro da compreensão apontadas por Azevedo Netto (2008). Para ele a memória é o conjunto de fatos da existência do homem no passado, que são selecionados com base nas experiências pelo próprio homem ou seu coletivo, estabelecendo assim uma relação dualista entre esse passado e o seu presente.

Desta forma, podemos afirmar que a memória é uma construção do âmbito individual e social, ocorrendo as duas no tempo, onde cada uma dessas dimensões a entende a partir do seu ponto de vista.

A memória individual é aquela que pertence ao próprio indivíduo e por ele é selecionada com base no que já vivenciou por meio das suas experiências adquiridas, mesmo elas sendo influenciadas pelo meio em que foi socializado (SIMSON, 2006). Sales de Oliveira (2017) compartilha deste pensamento, contudo

complementa informando que ela “[...] é vinculada a uma intuição sensível, pois existe na base de toda lembrança o chamado a um estado de consciência puramente individual [...]” (SALES DE OLIVEIRA, 2017, p. 4).

Já a memória social, também entendida como memória coletiva é derivada de um processo grupal representada pelas lembranças originadas no seio da sociedade, socializada por sua vez pela linguagem que compartilham (SALES DE OLIVEIRA, 2017).

Gondar (2008), em sua pesquisa intitulada “Memória individual, memória coletiva, memória social” chama a atenção para a polissemia que circunda o campo da memória individual, onde devido a esta condição a noção do que é a memória social e coletiva deriva muito de autor para autor e conseqüentemente do campo do saber em que ele atua.

A memória social e coletiva pode ser entendida como termos sinônimos ou distintos, havendo uma definição para cada uma delas, como é visto por Le Goff (1990), que conceitua a memória coletiva como aquela das sociedades sem escrita, onde as lembranças são essencialmente orais, já nas sociedades em que há a presença da escrita suas lembranças passam a ser registrada, tornando-as social.

Mas os tipos de memória não se restringem apenas ao individual e social, também há outras formas como a natural, artificial, étnica e medieval apresentados por Le Goff (1990) e até virtual, aquela presente no ciberespaço, como informa Holanda (2011).

Independente da forma em que se apresente a memória pode ser compreendida como um processo de seletividade das lembranças de um passado recente ou remoto, proporcionado pelas experiências vividas tanto no âmbito individual quanto social, em um espaço tempo dinâmico de constantes mudanças que é construído e reconstruído continuamente.

2.2 Memória Institucional: desbravamento o conceito

Antes de desbravarmos os campos da memória institucional, faz-se necessário para melhor compreendê-la uma breve explanação a respeito do que vem a ser uma instituição.

No dicionário on-line de português cinco conceitos são destinados para

definição, estando elas ligadas a ação de se estabelecer algo novo, aos preceitos legais que governam um Estado, as organizações públicas voltadas ao atendimento das necessidades da sociedade, as escolas propriamente ditas nas suas diversas formas de ensino e ao próprio ato jurídico testamentário de instituir herdeiros (DICIONÁRIO ONLINE, 2017).

Essas definições acabam por fazer referência aos vários tipos de instituições que hoje existe, estejam elas inscritas no cenário econômico como as grandes corporações financeiras ou bancos, ou no cenário social como as igrejas, escolas e famílias, esta considerada a primeira forma de instituição da sociedade humana. E até mesmo aquelas intangíveis, que não possuem estrutura física palpável, como a cultura, os preceitos e normas de conduta compartilhadas por uma sociedade e que as suas vidas conduzem (TODA MATÉRIA, 2019).

Na visão economicista de Thorsten Veblen citado por Conceição (2002), instituição é um conjunto formado por regras, normas, valores e toda a sua evolução econômica pela qual passa. Lopes (2013) seguindo esta mesma linha econômica cita Douglas North que, embora sua visão seja objetiva, mostra-se mais complexa do que a anterior por considerar a instituição como uma entidade restritiva da ação do homem que molda suas escolhas individuais por meio da rede de incentivos composto pelas imposições formais, representados por todo o aparato normativo, e informais como, por exemplo, as normas de conduta e convenções estabelecidas entre os indivíduos.

Mesmo com todas essas diferenças as instituições possuem um ponto em comum que nelas atuam exercendo influências positivas ou negativas dependendo do modo como é utilizado. Este elemento de convergência é a memória, e ela exerce um papel fundamental na vida do ser humano e na consolidação das sociedades e instituições, que é ser o meio básico de criação e afirmação da identidade, como afirma Cardoso (2009).

Medeiros e Bastos Júnior (2015) esclarecem que além de estar diretamente relacionada na formação da sua identidade, a memória também atua na reputação da instituição, dando credibilidade a sua história. Azevedo Netto (2008), por sua vez informa que o processo de representação simbólica a deixa claro na mente dos indivíduos fazendo com que a memória se aproxime da noção de identidade, revelando certa relação de influência entre os dois termos, mas não tão diretamente como o declarado pelos autores anteriores.

Logo, podemos entender que a memória será o meio condutor de criação de elementos que representarão os indivíduos, formando a identidade que promoverá o sentimento de pertencimento àquela instituição, fortalecendo suas estruturas internas para que movimentos externos a ela não venham a causar quaisquer perturbações as suas atividades (POLLAK, 1992).

Essa preocupação com a influência que o meio externo causa as instituições também é observado por Thiesen (2013):

Na medida em que a atualização e a integralização de forças evanescentes nunca é total, há sempre uma franja de virtualidade que abre espaço para o novo, para o devir, correndo por dentro as instituições. É preciso então problematizar outras formas de vida no campo social. Porque no momento em que ocorrem distúrbios na ordem estratificada, o corpo institucional se desagrega e as forças integradas agenciam-se com outras forças (THIESEN, 2013, p. 282).

A autora também faz um alerta sobre o papel da informação na construção da memória dentro de uma instituição. Sendo essa o elemento primordial para o seu funcionamento e meio de se reproduzir dentro da sociedade, a coleta de informações que permitirá a recuperação da memória institucional deve ser feita com bastante cuidado, selecionando-a tanto dentro quanto fora da instituição, pois nas suas próprias palavras “[...] nós somos e fazemos as instituições. E a memória institucional é o reflexo dessa trajetória, não como mimesis, mas um cristal com suas múltiplas e infinitas facetas” (THIESEN, 2013, p. 283).

Silva (2015) também compartilha com a atuação do indivíduo para a construção da memória institucional, contudo ele vê o próprio indivíduo como uma instituição. Para ele a memória institucional pode ser entendida como “conjunto de atributos, histórias, momentos e trajetórias que nós mesmos fazemos, formando nossas próprias instituições” (SILVA, 2015, p. 1).

Seibt (2016) informa que a memória institucional não compreende apenas as celebrações, mas também todo o patrimônio por ela formado, refletindo a sua identidade e a história da sua trajetória funcional, sendo esse um dos maiores bens patrimoniais que a instituição possui.

Já Barbosa (2010) traz um posicionamento bem diverso dos autores acima, estudando a atuação da memória institucional no cenário das organizações empresariais ela a entende como uma ferramenta passível de promover a (re) construção de relacionamentos valorativos entre a instituição e seu público alvo,

assim a memória seria o meio de expor seus valores aos clientes fazendo com que eles também sejam absorvidos pelas identidades da instituição e tomem-na também para si.

Todas essas formas de memória institucional, sendo individual, empresarial ou social, revelam seu caráter interdisciplinar que para Rezende (2016) o seu trabalhar também deve ser feito de modo interdisciplinar, evitando-se resumi-la a simples coleta de informações.

Compreendemos que a memória institucional deve ser tratada como uma joia rara, um bem de inestimável valor criado por uma rede de interrelações entre os indivíduos que a formam e o meio social ao qual estão inseridas, revelando sua história, criando e reafirmando as suas bases de identidade, e aflorando nos indivíduos o sentimento de pertencimento que fortalecerá suas estruturas fundamentais.

No caso da memória-institucional, esta são registradas em vários suportes. No caso deste artigo, nos ateremos as memórias materializadas nas Atas que foram originadas dos Conselhos superiores da UFPB.

3 FONTES DE INFORMAÇÃO PARA CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA

Pensar em fontes de informação nos conduz a pensar de algum modo na materialidade, ou seja, no documento, entendendo este como todo e qualquer suporte.

Desde sua gênese, o documento (considerando-se aqui, o documento público e o diplomático) será reconhecível por sua proveniência, categoria, espécie e tipo. A origem documental está no 'algo a determinar, a provar, a cumprir', dentro de determinado setor de um determinado órgão público ou organização privada. A elaboração do documento público cumpre as seguintes etapas: identificação jurídico-administrativa do ato; seleção da espécie documental; fórmula diplomática, fórmula sistematizada ou fórmula usual, preenchida com um conteúdo tópico e circunstancial, que resulta na redação final; divulgação junto aos públicos a atingir e/ou tramitação de rotina; guarda ou destinação fixada por sistemáticas de temporalidade (BELLOTTO, 2000).

Como esclarece a autora, em se tratando de documento público ele é, invariavelmente, a junção de atos, ou seja, ação, fato, com conscriptio, que indica

sua transferência para suporte e meio semântico e juridicamente credível. Essa imagem não foge das facetas fundamentais da questão documentária (matéria-meio-conteúdo), embora diferenciada, porque é marcada pelos ditames do Direito, o que não acontece com o documento no sentido genérico. Assim,

Como *matéria*, podem ser visualizados os aspectos físicos estruturais (suporte, escrita, sinal de validação etc.); como *meio*, a espécie documental específica e as fórmulas pré-determinadas da redação. A cada espécie corresponde uma fórmula diplomática, estrutura e disposição semântica das palavras dentro do texto. *Conscriptio*, portanto. Como *conteúdo*, não deve ser entendida só a mensagem implícita no documento. Isto porque o conteúdo do documento arquivístico abarca os demais aspectos substanciais: proveniência, função do documento dentro do seu contexto de produção, a ação/ fato implícitos etc. Assim entendido, é natural que se veja o documento como “a fusão de dois elementos essencialmente necessários: a ação jurídica, o fato, a ação documentada e a sua própria passagem para o escrito, sua *conscriptio*” (REAL DIAZ(1970) apud BELLOTTO, 2000, p.35).

Está claro que em Diplomática, o fato, a razão de ser do documento, não deve ser confundida com o conteúdo, que vem a ser a manifestação do primeiro, através do documento. O termo *conteúdo* dá a ideia de representação, comunicação. A produção do documento também indica um propósito. A existência de qualquer registro, direta ou potencialmente, determina consequências, tais como: criar, preservar, modificar ou concluir situações. “O documento por meio do qual um fato e uma vontade determinam consequências é o resultado de um procedimento, de um processo de criação e de um processo genético que se verá refletido na categoria documental e que se converte em um dos elementos constitutivos do documento arquivístico escrito” (DURANTI apud BELLOTTO, 2000, p. 35).

De acordo com Bellotto (2000, p.11-13), a “Diplomática, por definição, ocupa-se da estrutura formal dos atos escritos de origem governamental e/ou notarial. [...]”. A origem da Diplomática “está ligada à questão da falsificação e das dúvidas sobre a autenticidade de documentos medievais”. O objeto dos modernos estudos da Diplomática é a unidade arquivística, analisada enquanto espécie documental. Hoje objetivo da Diplomática é muito mais do que simplesmente a autenticidade formal dos documentos. Foca-se na origem, na constituição interna, na transmissão e na relação dos documentos entre seu criador e o seu próprio conteúdo, com a finalidade de identificar, avaliar e demonstrar a sua verdadeira natureza (DURANTI apud BELLOTTO, 2000).

De acordo com as proposições de Duranti (apud BELLOTTO, 2000, p.9), “a diplomática surgiu ligada ao direito patrimonial, desenvolvendo um estudo sistematizado do documento escrito para provar a autenticidade de títulos de terras da Igreja, a “com a meta final de averiguar a realidade dos direitos ou a veracidade dos fatos neles representados”.

No que se refere à Tipologia Documental, Bellotto (2000) esclarece que se trata da “ampliação da Diplomática em direção à gênese documental, perseguindo a contextualização nas atribuições, competências, funções e atividades da entidade geradora/acumuladora. Afiança a autora, que o objeto da Diplomática

É a configuração interna do documento, o estudo jurídico de suas partes e dos seus caracteres para atingir sua autenticidade, enquanto o objeto da Tipologia, além disso, é estudá-lo enquanto componente de conjuntos orgânicos, isto é, como integrante da mesma série documental, advinda da junção de documentos correspondentes à mesma atividade. Nesse sentido, o conjunto homogêneo de atos está expresso em um conjunto homogêneo de documentos, com uniformidade de vigência (BELLOTTO, 2000, p.19).

A autora esclarece que o campo de aplicação da Diplomática “gira em torno do verídico quanto à estrutura e à finalidade do ato jurídico. Já o da Tipologia gira em torno da relação dos documentos com as atividades institucionais/pessoais” (BELLOTTO, 2000, p. 21). Ainda na esteira dos estudos de Bellotto, quanto à identificação diplomática do documento, fica claro a necessidade do estabelecimento e/ou reconhecimento dos seguintes aspectos: a sua autenticidade relativamente à espécie, ao conteúdo e à finalidade; a datação (datas tópica e cronológica); a sua origem/proveniência; a transmissão/tradição documental; a fixação do texto. Na identificação tipológica do documento, a autora destaca que a sequência é distinta, devendo-se “reconhecer e/ou estabelecer a sua origem/proveniência; a sua vinculação à competência e as funções da entidade acumuladora; a associação entre a espécie em causa e o tipo documental; o conteúdo; a datação” (BELLOTTO, 2000, p. 21).

Ainda segundo preceitua Bellotto (2000), para que se chegue à compreensão das análises diplomática e tipológica, é preciso que se reiterem as conceituações essenciais: da informação ao documento, do documento à espécie, e da espécie ao tipo. Assim sendo, os documentos arquivísticos formam conjuntos internamente inseparáveis, correspondendo a conjuntos informacionais decorrentes

do funcionamento de uma entidade pública ou privada (ou pessoa física) no exercício de suas funções. Como assinala Rodrigues (2008, p. 3),

A intervenção do arquivista, se antes restrita aos fundos permanentes, passou a ser requerida em todo o ciclo de vida dos documentos, exigindo um modelo de formação profissional voltado para a reflexão crítica de seu objeto, como garantia de seu efetivo controle para a prestação de serviços de informação a uma sociedade em acelerada evolução.

Hoje as necessidades da sociedade são mais rápidas, por isso mesmo o pesquisador deverá ser capaz de respondê-las com a mesma agilidade de sua evolução.

Quando se impõe a necessidade de produzir documentos autênticos, de avaliar o volume da produção documental de um órgão e de recuperar informações, com a necessária agilidade exigida pela administração moderna, muitas questões se colocam para os arquivistas e para a arquivística, e remetem à necessidade da definição de critérios normalizados para implantar programas de gestão documental, seja em ambiente convencional ou eletrônico (RODRIGUES, 2008, p.5).

No campo da diplomática impera a estrutura física que cada documento adquire. Nesse sentido, eles possuem formatos distintos de acordo com sua finalidade, a exemplo das Atas, que são consideradas documentos de assentamentos.

3.1 ATAS: Fontes de informação para construção da memória institucional

Compreender a memória institucional perpassa também pela compreensão dos documentos institucionais e como estes documentos podem contribuir para a preservação da memória. Nesse sentido, partimos para compreender as atas como documentos de memória, sobretudo para construção da memória da UFPB, por meio dos Conselhos superiores da entidade.

Ata é um Relato, escrito, do que se passou em uma reunião. É lavrada em livro próprio, que deve conter um termo de abertura e ter todas as páginas numeradas sequencialmente. Pode ser escrita à mão ou ser colada, no caso de ata digitada, nas páginas do livro. Tem início com a indicação da data, horário de início (ambos por extenso), local, identificação do grupo, relação dos presentes e pauta da reunião.

Tomamos por definição de Ata, que de acordo com Bellotto (2000, p. 48),

Ata é um documento diplomático testemunhal de assentamento. Registro resumido das ocorrências de uma reunião, assembleia ou sessão, assim como das decisões tomadas por seus membros. Se for de eleição, resume o seu desenrolar. Geralmente é lavrada em livro próprio. Protocolo inicial: número da ata e nome da entidade subscritora da reunião. Data cronológica, inclusive designação da hora, do local, com endereço. Nome das pessoas presentes, sua qualificação e declaração de abertura da sessão pelo presidente e secretário. Texto: assuntos discutidos, em obediência ou não a uma ordem do dia ou pauta. Protocolo final: fecho: nada mais havendo a tratar, eu, secretário, lavrei a presente [...]. Assinaturas do presidente e do secretário.

Como as atas podem registrar a memória institucional. Considerando-as enquanto documento de assentamento que regista os fatos ocorridos, debatidos, apreciados e votados no âmbito institucional.

No âmbito da UFPB, existe várias possibilidades de construção a partir da sua estrutura orgânica que independentemente exercem o poder ou o papel de registrar as tomadas de decisões institucionais. Para tanto, em razão da ampla estrutura organizacional da UFPB, tomamos como campo empírico de análise atas que constituem os conselhos superiores, o Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CONSEP) e o Conselho Universitário (CONSUNI).

A análise das Atas dos Conselhos Superiores vem de encontro com nosso entendimento sobre a história, que se encarrega de fazer-nos lembrar dos acontecimentos que se deram no passado, posto que a história molda e subverte a memória coletiva (THOMPSON, FRISH e HAMILTON apud COSTA, 2013). As atas são consideradas documentos que “guardam em silêncio, memórias de grupos sociais, numa espera que se nutre de memórias” (COSTA, 2013, p.253). Estamos certos de que as Atas dos Conselhos Superiores emergem como fonte histórica, pois “o testemunho colhido a *posteriori*, por sua própria natureza, é uma das características da história do tempo presente” (ROUSSO, 1996, p. 86).

Dentre o universo de 743 atas do CONSUNI e 423 atas do CONSEP referentes ao período de 1955 a 2016, realizamos uma amostragem aleatória para demonstra que as atas trazem consigo o assentamento do registro da memória institucional.

Nas Atas do CONSUNI encontramos alterações do estatuto da Universidade, aprovação da designação dos pró-reitores, apreciação de propostas relativas à criação de cursos de Graduação e de Pós-Graduação, aprovação das diretrizes da política universitária, aprovação das propostas orçamentárias anuais,

apreciação e deliberação sobre a prestação de contas da Reitoria, decisões, outorga de títulos de professores eméritos, entre outras, de acordo com o seu regimento.

Para exemplificar, a construção discursiva registrada nas Atas, apresentamos alguns trechos:

O conselheiro Djail Santos informou sobre um evento ocorrido no dia 7 de novembro de 2012 no CCA onde foram inauguradas diversas obras destinadas ao ensino, pesquisa e extensão tais como: laboratório, assistência estudantil com novos alojamentos e novo prédio das representações estudantis. Registrou também os avanços que ocorreram no CCA na gestão do professor Romulo Soares Polari como reitor da UFPB. O conselheiro Antonio Creão Duarte agradeceu a gestão do professor Romulo Soares Polari por tudo que foi feito em prol do CCEN e afirmou que foi inegável o avanço em infraestrutura, prédio, equipamentos e, sobretudo, na parte acadêmica. Da mesma forma informou que, dos sete departamentos que integram o CCEN seis têm doutorado, apenas um departamento que tem programa de mestrado e colocou esse fato como um marco importante para a instituição e para o patrimônio tecnológico e científico para o estado da Paraíba (Ata da reunião ordinária do CONSUNI realizada no dia 8 de novembro de 2012).

A Diretora do CCHSA, Conselheira Terezinha Domiciano Dantas Martins, saúda a todos os presentes, e diz da imensa satisfação de receber no seu Centro a primeira reunião itinerante do CONSUNI, ainda mais por ser dentro das comemorações dos noventa anos do CAVN, Colégio este que tem uma imensa importância para o Nordeste, que no início foi formado como um Patronato Agrícola para dar ensino público destinado aos alunos carentes, que foi evoluindo, passou de patronato para aprendizado depois para escola e em 1968 tornou-se o Colégio Agrícola "Vidal de Negreiros". Entretanto, apenas na década de 1970 é que o colégio foi incorporado à Universidade Federal da Paraíba. Disse a Conselheira que hoje ao Colégio são ligados três cursos técnicos: Técnico Agrícola, que é um dos mais antigos de todo Brasil, Técnico de Agroindústria e; Técnico em Aquicultura. (Ata da reunião extraordinária do CONSUNI realizada no dia 27 de agosto de 2014).

Durante o processo de análise das Atas do CONSEPE foram encontrados diversos assuntos abordados nas reuniões, podemos citar os mais recorrentes com: solicitação abreviação e dilatação de curso, solicitação de quebra de pré-requisito, criação de cursos de técnicos de graduação e pós-graduação, revalidação de diplomas, proposta de calendário escolar, reingresso nos cursos de graduação e pós-graduação.

Na análise das Atas extraímos alguns trechos para exemplificar os temas abordados durante as reuniões:

O presidente da sessão: *Disse que o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Decreto n° 6.096, de 24 de abril de 2007, vinha se somar ao programa de expansão com interiorização, atualmente em curso com o Campus do Litoral Norte, devendo o foco agora de expansão ocorrer nos campi já existentes, devendo haver um projeto institucional para o REUNI, que permitiria aumentar em vinte por cento para os quadros docente e técnico-administrativo da UFPB, bem como as despesas de custeio com aumento de vinte por cento para um período de cinco anos. Disse ainda que as avaliações do MEC para o ensino de graduação, do ano de 2005 até a presente data, demonstram que cinquenta por cento dos cursos da UFPB avaliados obtiveram os conceitos máximos atribuídos no ENAD e o restante se manteve na média.[...] Prosseguiu, informando que, na avaliação da CAPES, os cursos e os programas de pós-graduação da UFPB foram bem avaliados, fato que mereceu destaque na imprensa nacional. (Ata da reunião extraordinária do CONSEPE, realizada no dia 31 de agosto de 2007)*

Em que Neide Miele e outros encaminha proposta de criação do Curso de Ciências das Religiões e aprovação do seu projeto político pedagógico, aos cuidados do conselheiro João Andrade da Silva, que emitiu parecer favorável, oralmente (art. 20, § 6º, Regimento da SODS). O relator disse que inicialmente o curso foi pensando nas modalidades bacharelado e licenciatura, a cargo do Centro de Educação, estando o projeto bem fundamentado, tendo sido gerado a pedido da Secretaria da Educação e Cultura do Estado da Paraíba, que apresentava o problema da necessidade de se cumprir o artigo 33 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (L 9394/96), que tornava o ensino religioso uma área prioritária do conhecimento, havendo a necessidade de formação na área. Disse que o curso preencheria uma lacuna dentro dos campos do saber de ciências humanas, letras, artes, filosofia e educação. (Ata da reunião ordinária do CONSEPE, realizada no dia 17 de junho de 2008).

São documentos que vão estar além de registro de assentamento de um fato, são documentos que se constituem fonte de informação para compreender a dinâmica institucional a partir de seus pressupostos memorialísticos e históricos sobretudo quando se considera ata além do seu tempo e espaço, tornando-se essencial sua preservação considerando que a Ata enquanto documento de assentamento é capaz de revelar a memória institucional a partir dos discursos dos integrantes dos conselhos. Todavia, chama a atenção o fato que as falas parecem ser alteradas para uma linguagem escrita, isto porque as discussões são feitas sempre na oralidade, com exceção da leitura dos pareceres que cada conselho prepara para serem discutidos e apreciados nas reuniões.

4 A PRESERVAÇÃO DOCUMENTAL NA MEMÓRIA INSTITUCIONAL

Como foi explanado anteriormente manter a memória de uma instituição é um ato de suma importância para a promoção de garantias de sua permanência no tempo e espaço, com isso preservá-la torna-se primordial.

Contudo, antes de discorrer sobre o significado do termo preservação se faz necessário a observação de que preservar não é o mesmo que conservar, embora sejam vistos como sinônimos e tenham como objetivo em comum a garantia de promover a longevidade dos documentos, na prática eles atuam de forma distinta, sendo a conservação o conjunto de técnicas e procedimentos propriamente executados no objeto que contribuirá para a ação da preservação do mesmo (HOLLOS, 2010).

Para Conway (2001, p. 15):

Houve uma época em que defensores da proteção dos artefatos culturais, incluindo livros, fontes documentais primárias e objetos de museu, utilizaram os termos “conservação” e “preservação” reciprocamente. Hoje, preservação é uma palavra que envolve inúmeras políticas e opções de ação, incluindo tratamentos de conservação. Preservação é a aquisição, organização e distribuição de recursos a fim de que venham a impedir posterior deterioração ou renovar a possibilidade de utilização de um seletor grupo de materiais.

Como pode ser visto a preservação vai além das técnicas e procedimentos, adentra o campo legal e de gestão de uma instituição, seja ela do âmbito público ou privado.

Silva (1998) mesmo não entrando em questões legais e de recuperação ao acesso à informação como o autor acima, reconhece a complexidade de atuação que a preservação assume para a garantia da longevidade dos documentos quando define que ela

[...] deve ser entendida, hoje em dia, pelo seu sentido geral e abrangente. Seria então, toda ação que se dedica a salvaguardar ou a recuperar as condições físicas e proporcionar permanência aos materiais dos suportes que contêm a informação (SILVA, 1998, p. 9 apud OLIVEIRA, 2011, p. 2).

Cassares (2000, p. 7) por sua vez, conceitua a preservação como sendo “um conjunto de medidas e estratégias de ordem administrativa, política e operacional que contribuem direta ou indiretamente para a preservação da integridade dos materiais”. Seu posicionamento vai além do autor acima,

compartilhando com maior grau com a definição proposta por Conway (2001).

No Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005) o termo preservação está entendido como “Prevenção da deterioração e danos em documentos, por meio de adequado controle ambiental e/ou tratamento físico e/ou químico” (DIBRATE, 2005, p. 135). Nele percebe-se uma direta preocupação com o estado físico dos documentos no tocante aos fatores externos, ou seja, físico, químico e biológico, deixando-se de lado os também de ordem interna, como por exemplo, a tinta usada e a qualidade do suporte que afetam diretamente a integridade do documento no tempo (SANTOS *et al*, 2016).

Trazendo essas considerações para o objeto de estudo da presente pesquisa, podemos concluir que a preservação documental é uma atividade complexa que envolve questões de ordem política, legal, administrativa e operacional, tendo como objetivo manter a integridade física dos documentos, promovendo sua permanência no tempo e principalmente sua recuperação e acesso futuro. Pois, como afirma Maury (2011, p. 10) os documentos são “fontes escritas da memória institucional, devendo assim o gerenciamento da sua preservação ser feita com qualidade e eficácia”.

Desta forma, observamos que a prática da preservação da memória só tem benefícios a oferecer às instituições, como por exemplo, a sobrevivência a cultura do esquecimento, causa a priori que motiva o surgimento da memória, a legitimação dos valores patrimoniais da instituição, a análise e redefinição dos valores e critérios presentes na instituição (SANTOS *et al*, 2016).

A devida conscientização dessa importância nem sempre foi respeitada no cenário público do nosso país. Tomando por base a instituição nação brasileira e os apontamentos de antigos diretores do arquivo nacional retirados dos seus relatórios demonstrados por Hollós (2010) em seu trabalho intitulado “Fundamentos da preservação documental no Brasil”, vimos o total descaso e falta de compreensão da importância da função do arquivo para a sociedade pelo governo ao longo da história. Descaso principalmente quanto à preservação dos documentos, o que acaba culminando na contribuição para a perda dos mesmos que carregam em si registros pertencentes ao povo brasileiro, registro que são elementos de resgate da sua memória que se perdeu junto com os documentos que não foram tratados com o devido cuidado por aqueles que tinham o dever primeiro de fazê-los.

5 (IN)CONCLUSÕES...

Este artigo foi desenvolvido sob uma abordagem metodológica qualitativa baseado em pesquisa bibliográfica e documental a partir das prospecções discursivas dos membros que compõem os Conselhos Superiores da Instituição. Os resultados das análises apontam para as interferências discursivas nas políticas institucionais.

Desta forma, a memória institucional é entendida como o conjunto de elementos de experiências formadas e passadas por todos que compõem a instituição, revelando sua história, criando e reafirmando suas bases de identidade, para que seja aflorado nos indivíduos o sentimento de pertencer aquele lugar, fortalecendo suas estruturas fundamentais e garantia de sua permanência no tempo.

Quanto ao papel desempenhado pela preservação documental, esta revelou ter uma atuação direta tanto na construção quanto na preservação da memória institucional. Que tem por sua vez, uma atuação complexa, formada pelo conjunto de normas, políticas e procedimentos aplicados aos documentos com o intuito de garantir sua integridade.

Podemos concluir que a preservação da memória institucional só tem benefícios a oferecer à instituição, aos indivíduos que a formam e à sociedade em que está inserida, promovendo lealdade dos seus colaboradores e usuários para seus serviços e imagem. Cabe, portanto às Atas o papel de registro da memória institucional da UFPB, levando-nos a pensar em campos de construção, num processo de atualização de ideias, percebendo as instituições no cerne da sociedade.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf. Acesso em: 15 jul. 2019.

AZEVEDO NETTO, C. X. de. Preservação do patrimônio arqueológico: reflexões através do registro e transferência da informação. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 37, n. 3, p. 7-17, Dec. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v37n3/v37n3a01.pdf>. Acesso em: 16 ago.2019.

BARBOSA, A. A. **A memória institucional como possibilidade de comunicação organizacional: o caso Exército Brasileiro**. Porto Alegre, 2010. 188 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Programa de PósGraduação, Faculdade de Comunicação Social, PUCRS. Disponível em: <http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/2257/1/000422346-Texto%2bCompleto-0.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2019.

BELLOTO, H. L. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica em arquivística: reconhecendo e utilizando o documento de arquivo**. São Paulo: Associação de arquivistas de São Paulo Arquivo do Estado, 2000 (Projeto Como Fazer).

Biblioteca central: preservação da memória institucional. 2016. Disponível em:

CASSARES, N. C. **Como Fazer Conservação Preventiva em Arquivos**. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial, 2000. Disponível em: http://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf5.pdf. Acesso em 05 ago 2019.

CONCEIÇÃO, O. A. C. O conceito de instituição nas modernas abordagens institucionalistas. **Revista de economia contemporânea**. Rio de Janeiro. Vol. 6, n. 2 (jul./dez.2002), p. 119-146. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/23117>. Acesso em: 17 ago. 2019.

CONWAY, P. **Preservação no universo digital**; [tradução José Luiz Pedersoli Júnior, Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva; revisão técnica Mauro Resende de Castro, Ana Virginia Pinheiro, Dely Bezerra de Miranda Santos; revisão final Cássia Maria Mello da Silva, Lena Brasil]. 2. ed. – Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos: Arquivo Nacional, 2001. Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/cpba_52_1253284406.pdf. Acesso em: 15 ago. 2019.

COSTA, I. T. **Memória institucional**. João Pessoa: UFPB, 2013.

DICIO. Dicionário Online de Português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/instituicao/>. Acesso em: 22 jul. 2019.

GONDAR, J. Memória individual, memória coletiva, memória social. **Morpheus - Revista Eletrônica em Ciências Humanas** - Ano 08, número 13, 2008 - ISSN 1676-2924. Disponível em: <http://www4.unirio.br/morpheusonline/numero13-2008/jogandar.htm>. Acesso em 16 jul. 2019.

HOLANDA, A. B. de. Fundamentação Teórica e Panorama Conceitual sobre memória e Esquecimento na Ciência da Informação: Interdisciplinaridades. In. _____ **Memória e esquecimento na ciência da informação: um estudo exploratório**. 2011. 141 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011. Disponível em: <http://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/1330>. Acesso em: 17 jul.2019.

HOLLÓS, Adriana Cox. Fundamentos da preservação documental no Brasil. **Acervo**, [S.l.], v. 23, n. 2 jul-dez, p. 13-30, ago. 2011. ISSN 22378723. Disponível em: <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/23/23> . Acesso em: 16 ago. 2019. http://www.liber.ufpe.br/home/wp-content/uploads/2016/09/08-Biblioteca-Central_Santos-silva.pdf. Acesso em: 14 jul. 2019.

IZQUIERDO, I. Memórias. **Estud. av.**, São Paulo , v. 3, n. 6, p. 89-112, Aug. 1989. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40141989000200006>. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141989000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 ago 2019.

LE GOFF, J. **História e memória. Tradução Bernardo Leitão ...** [et al.] - Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990 (Coleção Repositórios). Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/Hist%C3%B3ria-e-Mem%C3%B3ria.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2019.

LOPES, H. C. Instituições e crescimento econômico: os modelos teóricos de Thorstein Veblen e Douglass North. **Rev. Econ. Polit.**, São Paulo , v. 33, n. 4, p. 619-637, dez. 2013 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572013000400004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 22 ago. 2019.

MAURY, T. C. **Preservação da Memória Institucional na Administração Pública: a partir do Ministério do Meio Ambiente – MMA**. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Ciência da Informação – FCI, Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/10094/1/2011_TerezaCristinaMaury.pdf. Acesso em: 21 jul. 2019.

MEDEIROS, E. D.; BASTOS JÚNIOR, E. J. de. Memória institucional: uma reflexão sobre sua importância para a Polícia Militar De Santa Catarina. **Revista Ordem Pública e Defesa Social** - v. 8, n. 2, jul./dez., 2015 . Disponível em: <https://rop.emnuvens.com.br/rop/article/view/140>. Acesso em: 23 jul. 2019.

MORIGI, V. J; ROCHA, C. P. V; SEMENSATTO, S. Memória, representações sociais e cultura imaterial. **Morpheus - Revista Eletrônica em Ciências Humanas**, Ano 09, número 14, 2012, ISSN 1676-2924. Disponível em: https://navi.paginas.ufsc.br/files/2017/11/artigo_mem%C3%B3ria-cultura-material-_Carla-Rocha.pdf. Acesso em: 16 jul. 2019.

OLIVEIRA, R. B. de S. Memória Individual e Memória Coletiva. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 2, Vol. 13. pp 339-348 Janeiro de 2017. ISSN: 2448-0959. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/ciencias-sociais/memoria-individual-e-coletiva>. Acesso em: 17 jul. 2019.

OLIVEIRA, R. T. de. Políticas arquivísticas e suas implicações na preservação, no acesso e no uso dos documentos. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, p. 60-75, jan. 2011. ISSN 1518-2924. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2011v16nesp1p60>. Acesso em: 15 jul. 2019.

PEREIRA, F. C. de A.; SERAFIM, J. da S. MOLINA, L. G. Memória para a ciência da informação: um trabalho interdisciplinar. p. 1256-1267 . In: **Anais do XI Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas [=Blucher Social Science Proceedings, n.4 v.2]**. São Paulo: Blucher, 2016. DOI: 10.5151/sosci-xisepech-gt13_163. Disponível em: <http://www.proceedings.blucher.com.br/article-details/memria-para-a-cincia-da-informao-um-trabalho-interdisciplinar-23668>. Acesso em: 17 jul. 2019.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, jul. 1992. ISSN 2178-1494. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>. Acesso em: 25 jul. 2019.

REZENDE, E. Memória Institucional: Ferramenta de Gestão Estratégica. **ER CONSULTOR: Gestão de Informação e Memória Institucional**, 2016. Disponível em <http://eliana-rezende.com.br/memoria-institucional-ferramenta-de-gestao-estrategica>. Acesso em: 22 jul. 2019.

RODRIGUES, A. C. **Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos**. 2008. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-27112008-151058/publico/TESE_ANA_CELIA_RODRIGUES.pdf. Acesso em: 26 jul. 2019.

ROUSSO, Henry. O arquivo ou o indício de uma falta. **Revista Estudos Históricos**, v. 9, n. 17, p. 85-92, 1996.
SANTOS, P. W. Q. dos; OLIVEIRA, J. P. de; SILVA, A. de O. ; BATTISTELLA, E; VALDEVINO, A. J. Preservação Documental: Análise Ambiental. 2016.

Disponível em: http://www.liber.ufpe.br/home/wp-content/uploads/2016/09/32-Preservacao-documental_Santos.pdf. Acesso em 24 jul. 2019.

SEIBT, D. Memória Institucional: histórias para lembra e comunicar. **Comunicação & Tendências**, 2016. Disponível em: <http://www.comunicacaoetendencias.com.br/memoria-institucional-historias-para-lembrar-e-comunicar>. Acesso em: 02 jul. 2019.

SILVIA, D. Memória Institucional. **Biblio Cultura Informativa**, 2015. Disponível em: <http://biblio.cartacapital.com.br/memoria-institucional/>. Acesso em 20 jul. 2019.

SIMSON, O. R. de M. **Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento: o exemplo do centro de memória do UNICAMP**. Disponível em: <http://www.lite.fe.unicamp.br/revista/vonsimson.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2019.

THIESEN, I. Memória Institucional. In. **Memória Institucional: um conceito híbrido**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

TODA MATÉRIA. Instituições sociais. 2019. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/instituicoes-sociais/>. Acesso em: 18 jul. 2019.